

O IMPACTO DA ATUAÇÃO INTERNACIONAL DA PETROBRÁS NAS RELAÇÕES BRASIL-NIGÉRIA (1995-2010)

THE IMPACT OF PETROBRAS' INTERNATIONAL OPERATIONS ON BRAZIL-NIGERIA RELATIONS (1995-2010)

Rodrigo Pedrosa Lyra¹

Instituto de Relações Internacionais
Universidade de São Paulo
São Paulo – SP – Brasil

Resumo: A Nigéria é o maior parceiro comercial do Brasil no continente africano e origem do maior déficit comercial brasileiro com outro país. O comércio bilateral é baseado, majoritariamente, na importação brasileira de óleos brutos para refino. O intercâmbio comercial cresceu muito em um curto período de tempo, que coincidiu com o Governo Lula. Nesse sentido, este artigo objetivou entender os motivos desse crescimento e a participação da Petrobrás nesse processo entre os anos de 1995 e 2010. Conclui-se que as relações bilaterais foram moldadas pela atuação internacional da Petrobrás, sendo esse o motivo da pouca envergadura das relações políticas e diplomáticas.

Palavras-chave: Política Externa Brasileira. Comércio bilateral. Nigéria. Indústria petrolífera. Petrobrás.

Abstract: Nigeria is Brazil's largest trading partner in Africa and the origin of Brazilian largest commercial deficit. Bilateral trade is based mostly on Brazilian import of crude oil, which greatly increased during Lula's administration. This paper aimed to understand the reasons for this growth as well as Petrobras's involvement in the process between 1995 and 2010. This paper concludes that Brazil-Nigeria relations were largely shaped by the expansion of Petrobras' international operations and this is the reason why political and diplomatic relations between Brazil and Nigeria have not yet reached their full potential.

Key-words: Brazilian Foreign Policy. Bilateral trade. Nigeria. Oil industry. Petrobras.

Recebido: 10/12/2016

Aprovado: 13/06/2017

Introdução

A Nigéria é o maior parceiro comercial do Brasil no continente africano, contudo trata-se também da origem do maior déficit entre o Brasil e outro país do mundo, o que se explica pelo petróleo e derivados. A Nigéria é o maior fornecedor de óleos brutos de petróleo ao Brasil, totalizando um valor de aproximadamente US\$ 4 bilhões, entre janeiro e junho de 2014, o que representa 92% do total das importações brasileiras do produto no mercado internacional e um aumento de cerca de US\$ 319 milhões em valor,

¹roplyra@gmail.com

em comparação com o ano de 2013 (BRASIL, 2015). O objetivo das importações brasileiras é a compra de óleos brutos para refino.

É importante ressaltar que a Nigéria é um dos cinco maiores produtores de petróleo do mundo e sua pauta de exportações é pouco diversificada. Especificamente sobre óleos brutos de petróleo, a então Cônsul-Geral Maria Auxiliadora Figueiredo reiterou, em telegrama, que o produto importado da Nigéria foi responsável, em 2005, por 98,28% das importações brasileiras daquele país e, em 2004, por 97,15% (BRASIL, 2006). Nesse mesmo sentido, o então embaixador brasileiro na Nigéria em 2008, Pedro Luiz Rodrigues, afirmou que, em 2007, o petróleo cru representou 96,57% das importações brasileiras provenientes da Nigéria e a gasolina representou 51,6% do total das exportações brasileiras para o país (BRASIL, 2008g). Ainda que fuja do recorte temporal deste artigo, é interessante notar que a pauta de exportações pouco diversificada ainda é característica da Nigéria, porquanto em 2015 o produto correspondeu por 93,3% do total das exportações do país para o mundo (ITC/TradeMap, 2017).

A embaixada brasileira na Nigéria foi aberta em 16 de agosto de 1961, menos de um ano depois da proclamação da independência nigeriana, na então capital Lagos. Em 1972, Mário Gibson Barboza fez a primeira visita oficial de um Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Nigéria. Desde então, a relação foi pontuada por visitas de alto nível, como indica a Embaixadora Ana Cândida Perez, sendo João Figueiredo o primeiro presidente brasileiro a visitar a Nigéria, em 1983 (PEREZ, 2016).

Durante o Governo Lula, em um curto espaço de tempo, do ponto de vista histórico, o volume de comércio cresceu exponencialmente, como será analisado ao longo deste artigo, o que tornou a Nigéria um país fundamental para o Brasil na África. Mesmo assim, constatou-se que, apesar do crescente peso econômico da Nigéria para o Brasil, ainda há, relativamente, poucas iniciativas e cooperações políticas e diplomáticas entre os países com resultados concretos, principalmente ao se comparar com os arranjos ou processos de integração “de geometria variável” (SILVA, 2015) existentes com a África do Sul e Angola. Isso se torna ainda mais surpreendente ao levar-se em consideração a projeção da Nigéria no continente africano, ou seja, trata-se de um país importante não só para o Brasil.

Com o objetivo de entender os determinantes das relações comerciais entre os dois países, que, nesse caso específico, são base para compreender as relações bilaterais, formulou-se a seguinte pergunta: por que houve aumento elevado no intercâmbio

comercial bilateral a partir do Governo Lula? Ao longo da pesquisa, trabalhou-se com duas hipóteses. A primeira seria que o aumento do intercâmbio comercial deveu-se à maior aproximação política entre os países, principalmente entre os Presidentes Lula e Yar'Adua. Dessa forma, teria havido uma escolha, por parte do governo brasileiro, de concentrar as importações de óleo bruto de petróleo da Nigéria, na esteira de um processo anterior de aproximação política e diplomática.

A segunda hipótese trabalhada neste artigo, e que veio a se tornar a principal, foi a de que o aumento do intercâmbio comercial, guiado pelas importações brasileiras de óleo bruto de petróleo, deveu-se a uma necessidade e escolha específica da Petrobrás. A tentativa de aproximação política e diplomática teria vindo depois, apenas aproveitando-se desse fato. Esse seria o motivo de sua pouca envergadura, comparada com a que deveria ser, se analisado o volume de comércio entre os dois países.

A partir da pergunta de pesquisa, elaborou-se um estudo de caráter histórico das relações entre Brasil e Nigéria no período compreendido entre os anos de 1995 a 2010, ou seja, durante os dois governos FHC e dois governos Lula, seguindo metodologia do campo de História das Relações Internacionais. Nesse sentido, foram analisadas, no Arquivo Histórico do Itamaraty, todas as comunicações diplomáticas, entre despachos e telegramas, de caráter ostensivo e reservado, entre os anos de 1995 a 2010. Foram pesquisadas, ao todo, dezoito pastas em ordem cronológica, tanto as da Embaixada quanto as do Consulado, contendo, cada uma delas, uma média de 500 páginas de comunicações diplomáticas. As informações encontradas nas comunicações diplomáticas coletadas foram cruzadas com dados comerciais pesquisados no sistema Aliceweb do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), com dados da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e da Petrobrás.

1. Relações bilaterais Brasil-Nigéria (1995-2010)

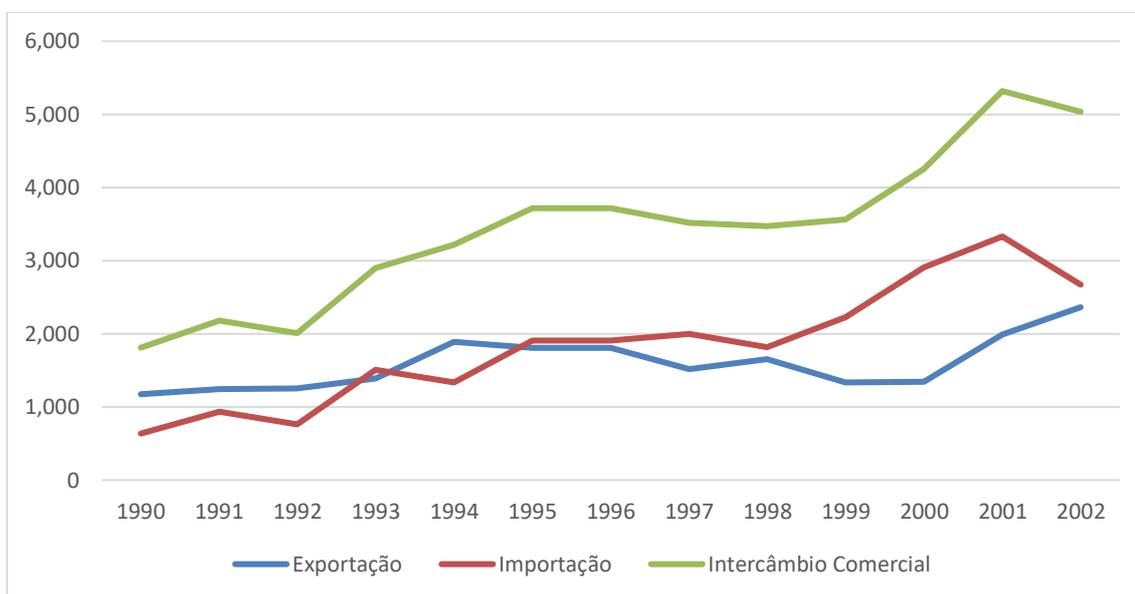
1.1 Governos FHC (1995-2002)

A literatura sobre as relações Brasil-África indica o Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) como sendo de afastamento do continente africano, na medida em que a política externa brasileira teria priorizado parceiros tradicionais, principalmente Estados Unidos e Europa. Essa tendência teria gerado um esfriamento das relações com países da África e do Oriente Médio, ainda que a política externa para essas regiões não tenha deixado de existir (SARAIVA, 1996; LECHINI, 2006; RIBEIRO, 2007; VISENTINI, 2012).

Vigevani, Oliveira e Cintra (2003) indicam que o interesse brasileiro na Nigéria, ainda na gestão de Fernando Henrique, concentrou-se na prospecção e importação de petróleo, influenciado pelo interesse e pela participação da Petrobrás. Esse padrão continuou no Governo Lula, assim como a estratégia de reaproximação política, iniciada também na gestão FHC, na medida em que se percebia que o intercâmbio comercial era crescente. Houve, portanto, uma relativa continuidade entre os dois governos, no que se refere à Nigéria, com a diferença que, conforme o comércio crescia, as relações diplomáticas acompanharam esse movimento de aproximação e ganharam maior escopo, se comparadas com as existentes no Governo FHC.

Se observados os dados oficiais do gráfico 1, entre os anos de 1990 e 2001, tem-se que o intercâmbio comercial com o continente africano foi crescente desde pelo menos o ano de 1992, com pequena queda seguida de relativa estabilização entre os anos de 1995 a 1998 e finalmente forte crescimento a partir de 1999. Isso mostra que, ainda no Governo FHC, houve incremento comercial com o continente, apesar de menor do que aquele que será observado no Governo Lula.

Gráfico 1: Evolução do intercâmbio comercial Brasil-África (1990-2002)



Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Aliceweb. (s/d).
Elaboração do autor.

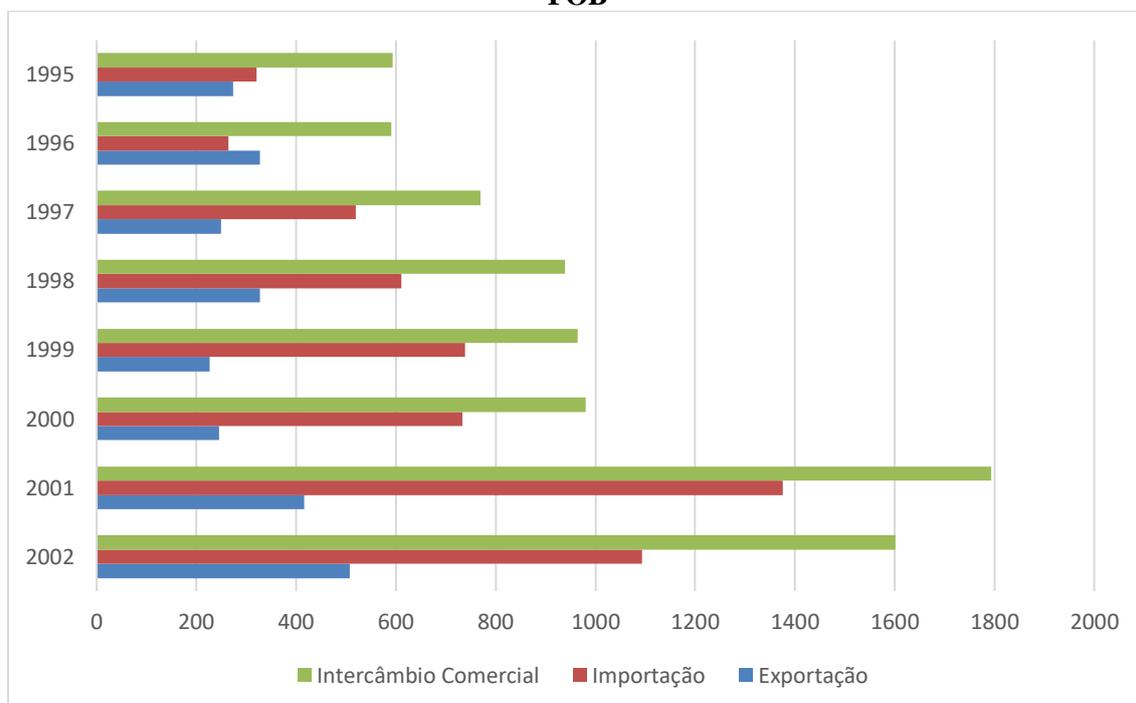
Conclusão semelhante pode ser tirada, se observado o gráfico 2. Nele, é possível verificar que, no que se refere à evolução do intercâmbio comercial especificamente entre Brasil e Nigéria, houve crescimento do comércio bilateral desde pelo menos 1998,

tendência que permaneceu durante os dois mandatos de FHC, com destaque para os anos de 2001 e 2002.

A razão do forte crescimento do intercâmbio comercial nesses dois anos é o amadurecimento dos investimentos da Petrobrás. Em 1998, a Petrobrás iniciou suas atividades em solo nigeriano, parte da nova estratégia de internacionalização da empresa, após a lei 9.478/97, que versou sobre a flexibilização do monopólio estatal da Petrobrás. A intenção de investir e operar no exterior era compensar a competição que estava sofrendo com empresas estrangeiras no Brasil. Por essa razão, a partir do ano de 2000, criou-se a Área de Negócios Internacionais (ANI), agência executiva da Petrobrás responsável por gerenciar os negócios externos. No caso da Nigéria, a estratégia foi associar-se com empresas estrangeiras na exploração do Delta do Níger (RIBEIRO, 2007; MACHADO, 2013).

Em 1998, a Petrobrás adquiriu participação de 20% no bloco OPL 216, em parceria com a norte-americana Chevron e a nigeriana Famfa Oil. O trabalho de prospecção levou à descoberta do campo de Agbami, situado nas águas profundas e ultraprofundas do Golfo do Benim, cujas reservas são estimadas entre 800 milhões e um bilhão de barris de petróleo leve, de excelente qualidade (BRASIL, 2008b).

Gráfico 2: Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Nigéria (1995-2002)US\$ milhões, FOB



Fonte: Elaboração do autor a partir de BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Aliceweb. (s/d).

Em 2000, houve missão de engenheiros da Petrobrás à Nigéria, Gana, Costa do Marfim e ao Senegal, com o objetivo de desenvolver oportunidades de negócios entre a Petrobrás e as empresas de petróleo desses países. Como consequência dessa missão, cerca de quatro meses depois a Petrobrás inaugurou escritório da Braspetro em Lagos (BRASIL, 2000b). Para a ocasião, foram à Nigéria o então Presidente da Petrobrás, Henri Philippe Reichstul, acompanhado do Diretor-Presidente da Braspetro e Área Internacional da Petrobrás, Jorge Camargo, e do Coordenador de Logística e Marketing para a África, Samir Awad, além do Pelé, contratado pela empresa como estratégia de marketing (BRASIL, 2000c).

Em 2001, o então Embaixador brasileiro em Lagos, Carlos Alfredo Pinto da Silva, informou que o Diretor-Geral da Petrobrás, Samir Awad, havia firmado contrato com a *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC) acerca do bloco OPL 324 (BRASIL, 2000f), na condição de operadora, com 75% de participação, na região de Kano, no norte do país. Sua parceira, com 25%, seria a empresa nigeriana *Horizon Ltd*, tendo como suporte financeiro recursos oriundos do banco iraniano *Anglo-International Ltd*. O contrato previa investimentos durante três fases, em um período de 10 anos. Importante ressaltar, como já mencionado, que até aquele momento a empresa já atuava em solo nigeriano, com participação de 20% no bloco OPL, a diferença é que a partir de 2001 passaria a atuar, também, com status de operadora no bloco OPL 324.

A expectativa era de que somente na segunda fase, após cerca de seis anos, conforme os resultados da avaliação geológica, ocorreria a primeira vazão de óleo (BRASIL, 2000f). De fato, essa previsão se confirmou, como pode ser observado no gráfico 5, na próxima seção deste artigo, em que se prova que os anos de 2007 e de 2008 foram de pico no intercâmbio comercial, o que coincidiu com a expectativa inicial da primeira vazão de óleo.

Ainda sobre o Governo FHC, na esfera diplomática, houve aproximação entre Brasil e Nigéria no âmbito da III Reunião dos Estados-Membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (Zopacas), quando um dos pontos destacados foi a atuação da *Economic Community of West African States Monitoring Group* (ECOMOG) na crise liberiana. Apesar de ser forçoso afirmar que a Nigéria foi um país prioritário para o Brasil, tampouco foi negligenciado, seguindo tendência existente desde os anos de 1960 (FORREST, 1982, p.4 apud SARAIVA, 1996), como se pode provar pelo fato de Lagos, capital nigeriana no período, ter sido uma das primeiras embaixadas brasileiras abertas no continente (MACHADO, 2013).

No mesmo mês, o então Embaixador da Nigéria em Brasília, Thaddeus Dan Hart, demonstrou disposição em trabalhar, imediatamente, com o MRE para a realização de missão empresarial brasileira à Nigéria (BRASIL, 2000a). Apesar dessas iniciativas e da retórica, em um balanço das comunicações diplomáticas analisadas entre 1995 e 2003, os principais assuntos tratados foram o impasse relativo à dívida nigeriana com o Brasil no Clube de Paris (BRASIL, 2000e, 2001c, 2001d), a mudança de sede da Embaixada de Lagos para Abuja (BRASIL, 2001a), a qual concentrou grande parte dos trabalhos dos diplomatas no país durante pelo menos dois anos e, pontualmente, a cooperação técnica da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (BRASIL, 2000d, 2001b) no país e a criação da União Africana (UA) (BRASIL, 2001e).

As comunicações diplomáticas demonstram que, ainda que a chancelaria brasileira não negligenciasse a Nigéria como parceiro importante no continente, de fato, as iniciativas diplomáticas e políticas eram seletivas e ainda muito tímidas. Maior prova disso é a quantidade de tempo que se demorou para a transferência da Embaixada brasileira para a nova capital. Não obstante houvesse dificuldades de locação, (o então Embaixador brasileiro Carlos Alfredo Pinto da Silva estimava em cinco anos o tempo para a finalização da transferência de capital), muito tempo e recurso diplomático ficaram reservados a esse assunto (BRASIL, 2001a). Além disso, percebe-se, devido à insistência e urgência do despacho, que a Secretaria de Estado das Relações Exteriores (SERE) não estava preocupada em mobilizar esforços na Nigéria, ou pelo menos não com celeridade. Os principais pontos de pauta bilateral permaneceram em aberto durante o período, concluindo-se que, apesar da retórica, não houve maior adensamento diplomático e político entre os países durante o Governo FHC.

Foi no ano de 1999, contudo, que as iniciativas mais concretas de reaproximação entre Brasil e Nigéria ocorreram, após a eleição de Olusegun Obasanjo como presidente da Nigéria. No mesmo ano, o presidente visitou o Brasil e firmou entendimentos para uma reaproximação. Nesse sentido, em 2000, houve uma missão comercial brasileira à Nigéria e a realização, no Brasil, de uma reunião multissetorial de alto nível (PIMENTEL, 2000). Afirma-se que se tratou de uma reaproximação, porque houve um relativo esfriamento das relações da Nigéria com os países ocidentais durante o governo do General Sani Abacha, entre 1993 e 1998.

O ano de 1999 é, portanto, um divisor de águas para a política nigeriana, não apenas por ser um governo democrático, após sucessivos golpes de estado, mas também

por traçar as modernas diretrizes de política externa da Nigéria que, em maior ou menor medida, e levando-se em consideração as inovações propostas pelo governo de Yar'Adua, permanecem como base da política externa daquele país. Foi ainda durante o Governo Obasanjo que a Nigéria passou a fazer parte do G-20 na Organização Mundial do Comércio (OMC), bem como participar de forma mais ativa de uma possível reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

As prioridades do governo nigeriano eram atrair investimento estrangeiro, reduzir a dívida externa e continuar a privatização da indústria nigeriana e, sobre esses esforços, ele foi bem sucedido (MACHADO, 2013). Obasanjo visitou, durante sua gestão, diversos países, dentre eles, o Brasil (PIMENTEL, 2000). O objetivo central das viagens do presidente foi o desenvolvimento de uma diplomacia econômica, com atração de investimentos estrangeiros, redução da dívida externa e aumento das exportações (MACHADO, 2013). No que se refere às relações bilaterais com o Brasil, as diretrizes de política externa de Obasanjo encontraram sincronia com as da diplomacia brasileira durante o Governo Lula, conforme será apresentado na próxima seção.

1.2. Governo Lula (2003-2010)

Para Vigevani e Cepaluni (2007), a política externa de Lula teve, como algumas de suas diretrizes, contribuir para maior equilíbrio internacional, fortalecendo o multilateralismo; fortalecer relações bilaterais e multilaterais com o objetivo de aumentar o peso do país no cenário internacional; promover maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural etc; e evitar acordos que pudessem comprometer o desenvolvimento nacional. Em termos práticos, ainda segundo os autores, identificam-se, por exemplo, as seguintes iniciativas: aprofundamento da Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA); intensificação das relações com países emergentes, principalmente Índia, China, Rússia e África do Sul; proatividade na OMC; e retomada e estreitamento das relações com os países africanos.

Lula viajou trinta e três vezes à África, tendo visitado vinte e três países. Ao mesmo tempo, o Brasil recebeu quarenta e sete visitas oficiais de chefes de Estado e de Governo de vinte e sete países (BRASIL, 2014). É importante notar que, desde 2003, com a eleição de Lula da Silva, a África voltou a ser uma das principais vertentes da política externa brasileira, remetendo-se às décadas de 1960 a 1980 e diferentemente do

observado ao longo da década de 1990, quando as relações Brasil-África foram mais tímidas.

Em 2008, o então Embaixador Pedro Luiz Rodrigues avaliou os resultados das relações bilaterais. Segundo ele, as relações entre Brasil e Nigéria mantiveram-se em grande nível e não foram afetadas pela sucessão presidencial nigeriana. Destaca que, uma semana depois de empossado, em 7 de junho, o Presidente Yar'Adua foi recebido pelo Presidente Lula, em encontro à margem da reunião do G-8, em Berlim. Segundo perspectiva do Embaixador, no encontro, estabeleceu-se empatia entre os presidentes e Yar'Adua manifestou interesse da Nigéria em receber o apoio do Brasil nas áreas da energia e de infraestrutura. O Presidente Lula reagiu positivamente à solicitação, tendo convidado o Presidente Yar'Adua a visitar o Brasil. Relatou, também, cooperação no treinamento de mão de obra, com participação do SENAI, importante para a expansão e diversificação industrial pretendida pela Nigéria (BRASIL, 2008a).

No final de julho de 2008, entrou em produção o maior FPSO (navio plataforma de produção, armazenamento e transferência) do mundo, que custou aproximadamente US\$ 1,4 bilhão (US\$ 182 milhões pagos pela Petrobrás). O navio-plataforma Agbami operava no campo de mesmo nome e tinha capacidade para 450.000 barris diários de líquidos, produzindo 250.000 barris de petróleo e tratando 200.000 barris de água por dia. O pico de produção estava previsto para o primeiro semestre de 2009. Segundo informações da Petrobrás, o navio possui 320 metros de comprimento e 32 metros de calado, tendo sido construído no Estaleiro Daewoo (escolhido por licitação internacional), na Coreia do Sul (PETROBRÁS, 2008).

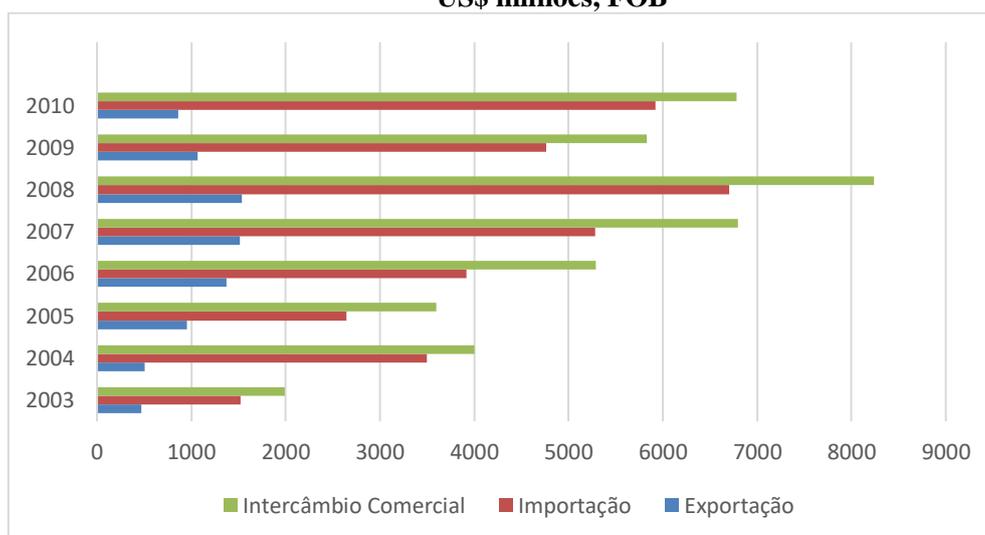
Apesar dos relativos avanços, os principais obstáculos às exportações de caráter estrutural continuavam sendo: a insegurança jurídica e consequente incerteza no cumprimento dos contratos; dificuldade de obtenção e de garantia de crédito; sérias deficiências de infraestrutura (porto, rodovias, aeroportos) e de telecomunicações; inexistência de cadeia de frio. Em termos comerciais, a principal barreira era a lista de proibição de importação (“*Import Prohibition Order*”), sendo apenas permitida a importação de carnes processadas enlatadas (*corned beef*) (BRASIL, 2008e, 2008f).

Ainda em 2008, o Embaixador Pedro Luiz Rodrigues expediu telegrama (BRASIL, 2008b) sobre o início de produção da Petrobrás em águas profundas no Golfo de Benin. O Embaixador se referia à comunicação da direção da Petrobras Nigéria, sediada em Lagos, reiterando que os blocos que a empresa explorava na Nigéria – o de Agbami (no qual tinha como sócios a Chevron e a empresa nigeriana Famfa Oil) e o de

Akpo, (cujo sócio principal é a Total) entrariam em produção ainda em 2008. A atividade de prospecção ocorreu de modo unificado com o vizinho bloco OPL 217, no qual a Petrobrás (participação de 13%) operava em conjunto com a norueguesa Statoil e a Chevron. No telegrama mencionado, o Embaixador informa que a produção nesses blocos, segundo as estimativas da Petrobrás, iniciar-se-ia ainda naquele semestre de 2008 – o que se confirmou.

No gráfico 3, é possível confirmar o “boom” no intercâmbio comercial no ano de 2008, apesar de já apresentar contínuo crescimento, pelo menos desde 2005. Não está claro o motivo da relativa queda em 2009 e retomada em 2010; contudo, levando em consideração que os investimentos da Petrobrás estavam em crescimento e colhendo lucros cada vez maiores, e sendo isso um fato comprovado por dados do MDIC, e não apenas opiniões otimistas, não é razoável atribuir a relativa queda de intercâmbio à Petrobrás ou ao Brasil. Fatores como a crise financeira internacional, que causou oscilação no preço dos barris de petróleo, podem ser parte da explicação. De todo modo, conquanto não se negligencie essa queda do intercâmbio comercial nos últimos dois anos do Governo Lula, é inegável a evolução histórica e o fato de que, mesmo em 2009, ano de maior queda relativa, o montante de comércio bilateral estava acima de US\$ 5 bilhões, sendo mais baixo apenas do que em 2007, em 2008, ano do pico, e em 2010, ano de recuperação do crescimento.

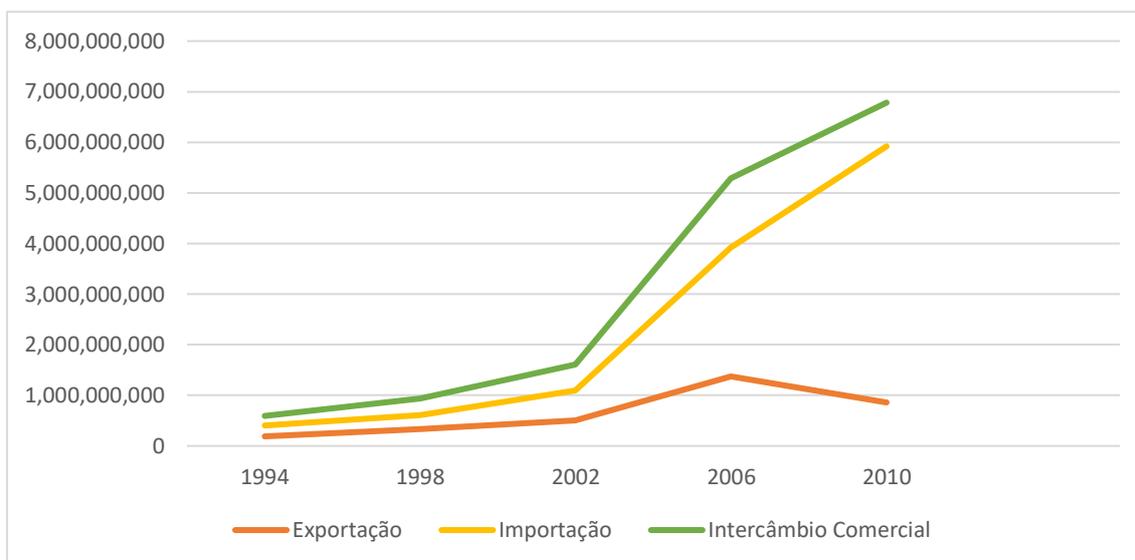
Gráfico 3 - Evolução do intercâmbio comercial Brasil - Nigéria (2003-2010)
US\$ milhões, FOB



Fonte: Elaboração do autor a partir de BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Aliceweb. (s/d).

No gráfico 4, verifica-se que, de fato, houve um expressivo incremento comercial a partir do início do primeiro Governo Lula. Como pode ser observado, o intercâmbio comercial aumentou, aproximadamente, cinco vezes, se comparado com o final do segundo mandato do Governo FHC. Na segunda parte do telegrama 00202, o Embaixador Rodrigues informou que a Petrobrás também estava presente em outro campo, o de Akpo (bloco OPL 246), que explora em parceria com a francesa Total e a empresa nigeriana Sapetro. O petróleo dessa área seria considerado, pela empresa, “de excelente qualidade (leve-condensado), com preços superiores aos de referência no mercado”. Sobre a dinâmica da exploração, o sócio encarregado das operações era a Total, sendo a Petrobrás responsável por 40% dos investimentos, em um arcabouço contratual similar ao OPL 216. Em 2008, a Petrobrás mantinha, ainda sob fase final de avaliação, outros poços no bloco – Egina e Preowey.

Gráfico 4 - Evolução do intercâmbio comercial Brasil-Nigéria (1994-2010) US\$, FOB

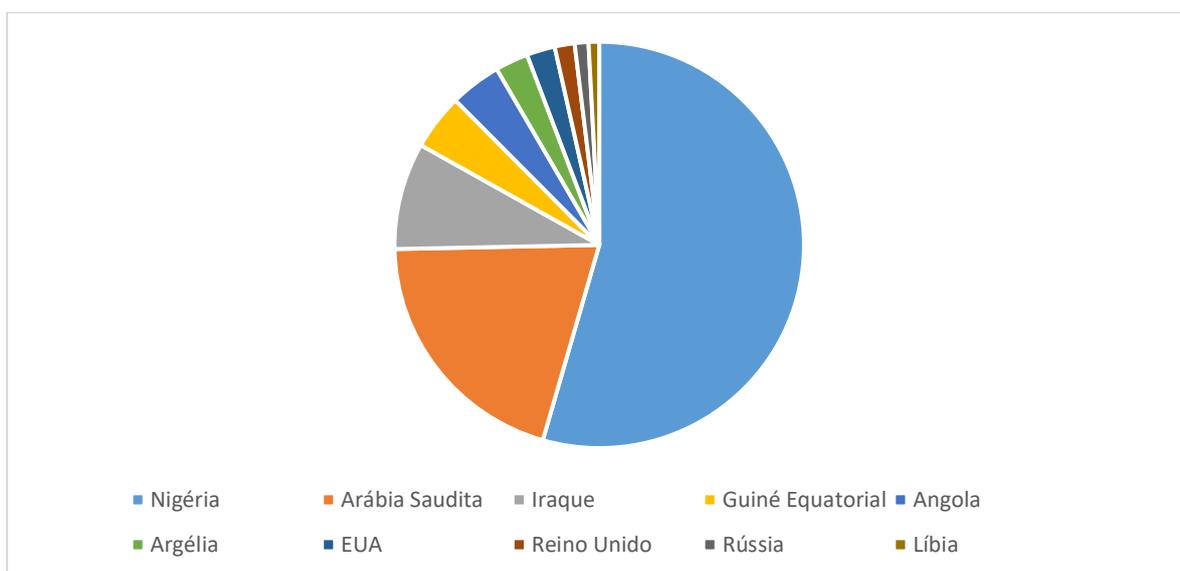


Fonte: Elaboração do autor a partir de BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Aliceweb. (s/d).

O gráfico5 mostra as dez principais origens das importações de petróleo e derivados do Brasil no ano de 2010, o último do segundo mandato de Lula. Considerando apenas as principais origens, a Nigéria representou 54,45% do total de importações brasileiras, porcentagem muito superior à da Arábia Saudita, segundo colocado, com 20,22%. Essas informações são complementadas pelos dados do Escritório de Estatísticas Energéticas dos Estados Unidos (EIA) (UNITED STATES, 2016), baseadas em estatísticas da *Llody's List Intelligence*, que indica ser o Brasil o destino de 10% das exportações

nigerianas de petróleo e derivados, em 2014. Em uma análise por continentes, o principal destino das exportações de petróleo e derivados nigerianos é a Europa (45%), seguida da Ásia (27%), das Américas (15%) e da África (13%). Por país, o principal destino era, até 2012, os Estados Unidos, que hoje representam apenas 3%, sendo apenas o décimo maior importador do produto nigeriano em 2014. No mesmo ano, a Índia aparece como o principal destino (18%), seguida pelo Brasil (10%), sendo o país, portanto, o segundo maior importador de petróleo nigeriano.

Gráfico 5 - Importações brasileiras de petróleo - Origens, %



Fonte: Elaboração do autor a partir de BRASIL (2016). Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Sobre o motivo da “escolha da Nigéria” pela Petrobrás, o telegrama 00322 (BRASIL, 2008c) relata a programação cumprida em Abuja, em 15/05/2008, pela delegação parlamentar chefiada pelo então Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal, Senador Heráclito Fortes. O objetivo da visita era uma clara “diplomacia parlamentar”, termo, aliás, citado pelo senador e, dentre os pontos principais a serem tratados, estava a apresentação do diretor da Petrobras Nigeria, Rudy Félix Ferreira, sobre o desempenho da referida empresa no país, primeiro ponto do programa.

Em apresentação, Rudy Félix Ferreira informou que o interesse da empresa pela Nigéria datava de 1998, tendo a partir do ano 2000 adquirido participação em quatro blocos exploratórios em águas profundas no Golfo da Guiné. Foram investidos, até aquele momento, US\$ 2,5 bilhões. Reiterou informação já sabida, a de que dois desses

poços, Agbami e Akpo, começariam a produzir a partir de junho daquele ano, cabendo à Petrobrás 70 mil barris diários.

Em resposta à pergunta que lhe foi formulada, sobre o porquê de a Petrobrás ter basicamente concentrado suas importações de petróleo de um único país, a Nigéria, Ferreira explicou que, de fato, a Petrobrás estava importando, nos últimos anos, grande quantidade de petróleo nigeriano (US\$ 5 bilhões, em 2007), devido à excelente qualidade do produto: seu tipo (leve) é adequado para o *blend* com o petróleo brasileiro, pesado, no processo de refino. Recordou que cerca de 800 milhões de dólares em gasolina e outros produtos refinados foram exportados do Brasil para a Nigéria em 2007.

De fato, o petróleo nigeriano, em geral, é de excelente qualidade, pois conta com densidade entre 43° e 45° API, de grande valor comercial no mercado internacional. O campo de Agbami, o terceiro maior do país, mantinha essa mesma qualidade, motivo pelo qual o gerente-geral da Unidade de Negócio da Nigéria nutria grande expectativa pela consagração de dez anos de trabalho – entre a descoberta dos campos e a entrada em produção (PETROBRÁS, 2008). Conforme confirma, também, o então gerente de Planejamento e Controle de Projetos para Américas, África e Eurásia, Luís Carbone: “Para o Brasil, ele (o petróleo nigeriano) é excelente, pois precisamos de óleo leve para fazer o *blend*” (mistura de frações de derivados para a formulação final do produto). Segundo Carbone, parte do óleo nigeriano vinha para o Brasil e outra parte seguia para refinarias da empresa no exterior, como Pasadena, nos Estados Unidos, e Nansei, no Japão (PETROBRÁS, 2011).

O motivo de a própria Nigéria não produzir gasolina em quantidades satisfatórias, apesar da qualidade de seu petróleo, e ser a gasolina o principal produto importado do Brasil e de outros países, deve-se à dinâmica de refino na Nigéria. O país, em termos de estrutura de refino, contaria, a princípio, com capacidade para produzir as quantidades de combustíveis de que necessita para o consumo doméstico. O que inviabiliza são as sérias deficiências de manutenção e gerenciamento, somadas às ocasionais interrupções no fornecimento de petróleo cru decorrentes de ataques a oleodutos, o que faz com que a produção anual dessas refinarias não ultrapasse os 200 mil barris diários (diante de uma capacidade nominal instalada de 438 mil barris). Sobre isso, o governo tentou estimular a construção de refinarias pelo setor privado, atraindo investimentos da Líbia, da Índia e da China (BRASIL, 2008d). Em 2010, as refinarias operavam com 30% da capacidade instalada de 445.000 barris por dia (BRASIL, 2010).

Do ponto de vista do Brasil, a necessidade de importação de óleo bruto de petróleo, consequência das dificuldades do refino brasileiro, obrigou o país a procurar parceiros internacionais. Ainda sobre os motivos técnicos da escolha pela Nigéria, Samir Awad, então gerente executivo para as Américas, África e Eurásia da Área Internacional, em entrevista à Revista Petrobrás, explicou que “a Nigéria passou duas décadas sendo cortejada pela Petrobrás”. Isso porque, segundo relatado à Revista, Awad teria recebido a missão, em 1999, de produzir, em seis meses, um veredicto sobre a viabilidade de associar a Petrobrás a um regime recém-saído de uma ditadura militar. Naquele mesmo ano, Olusegun Obasanjo esteve no Brasil e convidou a Petrobrás e a Volkswagen a investirem em seu país (PETROBRÁS, 2008).

No que se refere ao relacionamento entre a Embaixada brasileira e os gerentes gerais da companhia na Nigéria, a então Embaixadora brasileira na Nigéria classificou-o como cordial, indicando que havia pouquíssimos brasileiros em Abuja e que a embaixada tinha satisfação em encontrar outros compatriotas, o que prova, uma vez mais, que as visitas e interações entre altos funcionários da Petrobrás e a diplomacia brasileira eram poucas, e sem coordenação. Ainda segundo a Embaixadora, a Petrobrás não tomava iniciativa de informar a Embaixada sobre suas operações. Na verdade, era a embaixada que solicitava dados quando precisava enviar à SERE informações sobre o quadro geral das relações bilaterais (PEREZ, 2016). Isso demonstra que não havia uma coordenação estratégica entre o Itamaraty e a Petrobrás, atuando a empresa com autonomia em suas decisões estratégicas, ainda que de forte impacto para as relações bilaterais.

Essas decisões estratégicas da empresa foram tomadas levando-se em consideração detalhes técnicos do óleo bruto de petróleo, da capacidade de refino das refinarias brasileiras e do comércio internacional do produto. Nesse sentido, é importante fazer comentar sobre a indústria petrolífera brasileira e os primórdios da Petrobrás.

2. Refinarias nacionais e incompatibilidade com o petróleo brasileiro

Durante o Segundo Governo Vargas, a perspectiva do governo tornou-se mais nacionalista. Nesse sentido, a construção de refinarias estava além de uma necessidade puramente econômica: a posição do governo brasileiro foi a defesa da refinação como uma atividade de controle nacional. Por isso, em 1948 foi instalada a primeira refinaria 100% nacional, na Bahia (HIRST, 1990). Em 3 de outubro de 1953, ano da assinatura

da Lei de criação da Petrobrás, encerrou-se os quase trinta anos de debate e disputas políticas sobre a participação do Estado, do capital estrangeiro e do setor empresarial privado nacional nas atividades petrolíferas no Brasil (MORAIS, 2013).

Posteriormente, houve a criação de várias outras refinarias, basicamente todas com uma característica que vem a se tornar importante para os propósitos deste artigo e para entender o comércio bilateral Brasil-Nigéria: foram projetadas para refinar petróleo importado, que era caracterizado por ser leve; porém, como explica Morais (2013), a partir dos anos de 1980, houve elevado aumento da produção de petróleo na Bacia de Campos. O petróleo nacional, contudo, é mais pesado e foram (e continuam sendo) necessárias adaptações nas refinarias nacionais (MÔNACO, TN PETRÓLEO 32 apud MORAIS, 2013). Essas adaptações das refinarias brasileiras iniciaram-se a partir da década de 1980, quando a Petrobrás teve que lidar com o baixo grau API dos petróleos brasileiros produzidos na Bacia de Campos.

Para saber se o petróleo é leve ou pesado, mede-se a sua densidade, o que determina seu valor comercial, baseado em sua capacidade como gerador de derivados. Para isso, a classificação mais utilizada é a estabelecida pelo *American Petroleum Institute (API)*, dos Estados Unidos. O grau API, portanto, separa os petróleos segundo sua densidade volumétrica e indica a proporção de compostos leves ou pesados. Assim, quanto mais leve o petróleo, maior o grau API, ou seja, apresenta menor densidade relativa, maior proporção de voláteis (partes leves) e maior propriedade de geração de derivados mais rentáveis comercialmente (MORAIS, 2013, p. 326).

Petróleos mais leves geram maior quantidade de produtos leves, como GLP e nafta. Já os petróleos pesados produzem maiores volumes de gasóleos e resíduos, próprios para a produção de óleos combustíveis e asfaltos. Óleo diesel e querosene são considerados derivados médios (MORAIS, 2013). De todo modo, esse detalhe técnico ajuda a explicar, também, a dinâmica de comércio Brasil-Nigéria, já que o Brasil exporta, principalmente, gasolina ao país africano, consequência do seu tipo de petróleo, pesado, adequado para esse produto. Curioso observar que, na Bacia de Santos, por questões geológicas, produz-se petróleo com API médio de 13°C, o que é considerado muito bom dentro da realidade brasileira e que, mesmo assim, categoriza-se como óleo pesado, de acordo com a tabela 1 abaixo.

Em 2010, para o desenvolvimento das pesquisas de adequação das refinarias brasileiras, o Centro de Pesquisas e Desenvolvimento da Petrobrás (CENPES) dispunha de quase uma centena de especialistas. Dentre as alternativas indicadas estavam a

expansão das unidades de hidrotratamento nas refinarias; desenvolvimento de catalisadores mais eficientes e específicos; e avaliação das influências desses combustíveis na emissão de poluentes e na durabilidade e desempenho de motores (MORAIS, 2013, p. 356).

Apesar de a Petrobrás reportar informações sobre inovações técnicas e processuais para a adequação das refinarias nacionais ao petróleo produzido no Brasil, a partir da década de 1980 e até os dias hoje, nas refinarias de Reduc (RJ) e Refap (RS), por exemplo, duas das maiores refinarias nacionais, a porcentagem de importados no refino era de 42,7 e 48%, respectivamente, segundo a tabela 1. Isso demonstra que, até 2011, em duas das principais refinarias, mais de 40% do petróleo refinado era de origem importada, em grande parte da Nigéria. Conclui-se que os investimentos da Petrobrás para a adequação das refinarias brasileiras ou não estão sendo eficazes, já que ocorrem desde a década de 1980, ou atingiram seu limite.

Tabela 1 – Volume de petróleo cru e outras cargas processadas nas refinarias, por origem – nacional e importado (2011)

Refinarias (Unidade da Federação)	Volume de carga processada (barris/dia)				Porcentagem de importados
	Total geral	Petróleo		Outras cargas	
		Nacional	Importado		
Reduc (RJ)	217.471	118.395	92.867	6.209	42,7
Refap (RS)	150.026	76.069	71.989	1.968	48,0
Regap (MG)	133.548	128.043	603	4.902	0,5
Repar (PR)	194.448	134.258	59.233	957	30,5
Replan (SP)	379.309	301.656	71.494	6.159	18,8
Revap (SP)	241.965	219.152	20.933	1.880	8,7
RLAM (BA)	239.096	221.755	7.524	9.818	3,1

Fonte: Elaboração do autor a partir de Moraes (2013).

No que se refere à tabela 2, evolução da capacidade de refino durante os dois governos de Lula da Silva, percebe-se que, em grande medida, não houve propriamente uma evolução, mas uma manutenção da capacidade instalada. Novamente, se forem analisadas as refinarias de Reduc (RJ) e Refap (RS), percebe-se que não houve

alterações entre 2002 e 2010, salvo um ligeiro aumento entre 2009 e 2010, no caso da Refap. Ainda que isso não tenha a ver, diretamente, com o petróleo importado, demonstra ao menos o grau de estagnação das refinarias brasileiras em funcionamento.

Tabela 2 - Evolução da capacidade de refino (2002-2010)

Refinarias (Unidade da Federação)	Volume de carga processada (barris/dia)				
	Total geral	Petróleo		Outras cargas	Porcentagem de importados
		Nacional	Importado		
Reduc (RJ)	217.471	118.395	92.867	6.209	42,7
Refap (RS)	150.026	76.069	71.989	1.968	48,0
Regap (MG)	133.548	128.043	603	4.902	0,5
Repar (PR)	194.448	134.258	59.233	957	30,5
Replan (SP)	379.309	301.656	71.494	6.159	18,8
Revap (SP)	241.965	219.152	20.933	1.880	8,7
RLAM (BA)	239.096	221.755	7.524	9.818	3,1

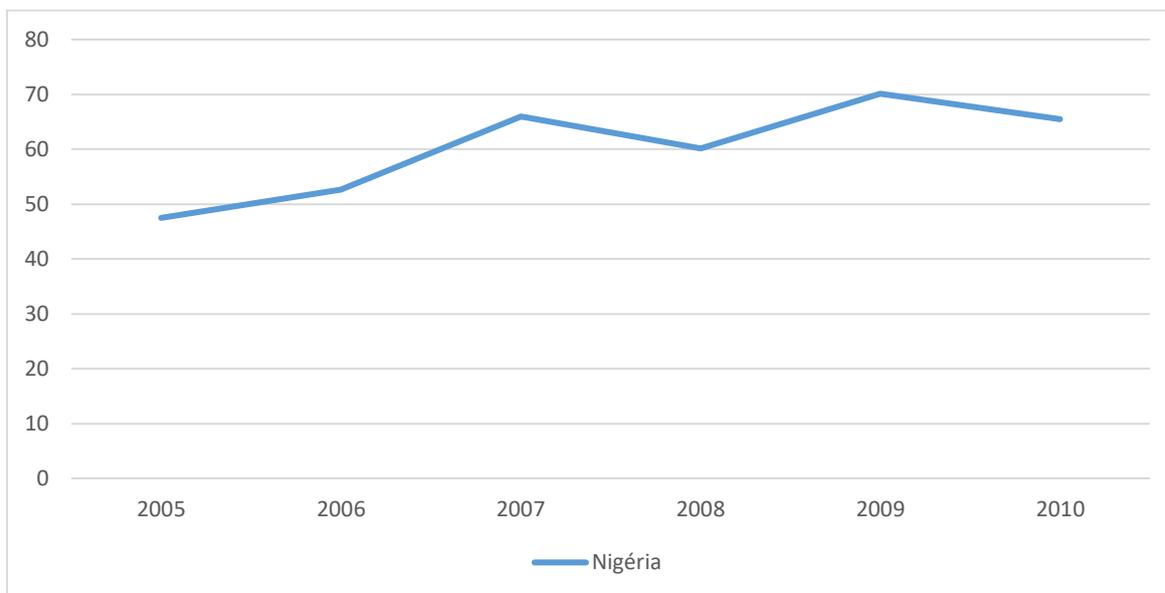
Fonte: Elaboração do autor a partir da Agência Nacional do Petróleo (ANP,) apud Morais (2013).

Conforme analisado com relação à capacidade de refino no Brasil, não há perspectivas de mudança, porquanto a capacidade instalada das grandes refinarias nacionais encontra-se, em grande medida, estagnada desde 2002, conforme tabela 2, apesar dos investimentos em pesquisa no CENPES. O novo Plano de Negócios e Gestão 2017-2021 da Petrobrás (PETROBRÁS, 2016), por exemplo, prevê investimentos de US\$ 74,1 bilhões, sendo 82% deste valor para a área de Exploração e Produção e apenas 17% para refino e gás natural, seguindo tendência dos planos anteriores.

Não há grandes obras de refino em curso e a Petrobrás praticamente paralisou o investimento em refinarias (FOLHA DE SÃO PAULO, 2016), porque é mais barato para a empresa continuar comprando óleo leve importado da Nigéria do que construir novas refinarias adequadas ao óleo bruto brasileiro. Segundo dados da ANP (BRASIL, 2016), o continente africano é a maior origem das importações brasileiras de petróleos e

derivados, somando 99 milhões de barris, que correspondem a 68,7% do óleo total importado, seguido do Oriente Médio, com 37,9 milhões de barris e 26,3% do total. Por país, a Nigéria é o maior fornecedor do produto, somando 75.533 barris, no ano de 2014, e, em 2010, último ano do Governo Lula, 65.457 barris importados.

Gráfico 6 - Evolução das Importações brasileiras de petróleo da Nigéria, mil barris



Fonte: Elaboração do autor a partir de BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). Aliceweb. (s/d).

O gráfico 6 ilustra a evolução das importações brasileiras de petróleo da Nigéria, de 2005 a 2010, os últimos cinco anos do Governo Lula. Neste gráfico, é possível perceber que o grau de dependência do Brasil das importações de petróleo da Nigéria não diminuiu durante o recorte temporal desta pesquisa. Ao contrário, manteve-se relativamente crescente. Sobre isso, a ANP alega que, em período posterior, em 2014, houve redução de importação de óleo originário desse país em 3,5 milhões, uma queda equivalente a 4,5% em relação a 2013. O gráfico 6 não abrangeu esse período, pois este artigo não engloba o Governo Dilma, porém, ainda que sejam consideradas essas informações, a título de curiosidade, essa alegada queda é muito pequena se comparada ao ainda grande percentual de importações da Nigéria.

Conclusão

O balanço de qualquer relação bilateral depende do grau de importância que um país tem para o outro, dos laços históricos, das potencialidades, do comércio e o mais importante: do que se espera dela. Nesse sentido, a conclusão deste artigo não poderia

deixar de ser crítica, já que por todas as características da Nigéria e do comércio com o Brasil, deve-se sempre esperar muito dessa relação. Considerando todo seu potencial, presente e futuro, a Nigéria não deve ser tratada pelo Brasil e pela chancelaria como apenas mais um importante país africano, fornecedor de petróleo, sob a pena de outros países aproveitarem essas oportunidades.

Conclui-se que, a partir do início da produção em larga escala da Bacia de Campos, nos anos de 1980, momento em que se percebeu que o petróleo brasileiro classificava-se em pesado e intermediário, portanto incompatível com a maior parte das refinarias nacionais, a Petrobrás viu-se diante de três escolhas: importar petróleo importado; construir novas refinarias; e reformar as existentes, desenvolvendo nova tecnologia. As escolhas não eram propriamente excludentes e foram feitos investimentos em cada uma delas, porém a preferência por importar óleo bruto de petróleo é nítida até os dias de hoje. É possível comprovar isso levando-se em consideração a importação crescente do produto desde pelo menos o Governo FHC, o que causou grande impacto no comércio Brasil-Nigéria, e pelo fato de a maior parte dos investimentos da Petrobrás concentrarem-se em exploração e produção *offshore*.

O aumento do intercâmbio comercial, guiado pelas importações brasileiras de óleo bruto de petróleo, deveu-se a uma necessidade e escolha estratégica da Petrobrás. A aproximação política e diplomática veio posteriormente, principalmente durante o Governo de Lula, procurando tirar proveito do comércio crescente. Esse é o motivo da pouca envergadura das relações políticas e diplomáticas, sem a densidade que se tem com países como Angola e África do Sul, cujo intercâmbio comercial com Brasil é muito menor.

O Ministério das Relações Exteriores deve estar ciente das decisões das empresas nacionais em suas ações internacionais, não apenas em ocasionais visitas de cortesia ou em relação a informações e dados, como o tamanho de uma plataforma ou qual contrato foi firmado, mas também no que se refere às escolhas estratégicas, que deveriam ser tomadas em conjunto com o Itamaraty, uma vez que seus impactos podem ser decisivos para as relações bilaterais, como é o caso da Nigéria. O adensamento das relações entre o Ministério e a Petrobrás poderia levar a uma valorização do próprio MRE, na medida em que, do ponto de vista diplomático, poderia melhor aproveitar as relações com os mais diversos países e, do ponto de vista do interesse nacional, traçar estratégias comuns.

Referências

BRASIL, AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP (2016). **Anuário Estatístico Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis**, publicado em [http://www.anp.gov.br/?pg=78136&m=&t1=&t2=&t3=&t4=&ar=&ps=&1454589565407]. Disponibilidade: 30/01/2016.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2000a). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Telegrama 00092**. Da SERE para Brasemb Lagos. 29.03.2000. Pasta: Telegramas Brasemb Lagos 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2000b). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00157**. De Brasemb Lagos para SERE. 08.05.2000. Pasta: Despachos Brasemb Lagos 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2000c). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Telegrama 00312**. Da SERE para BRASEMB Lagos. 05.10.2000. Pasta: Telegramas Brasemb Lagos 2000;

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2000d). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Telegrama 00325**. Da SERE para Brasemb Lagos. 19.10.2000. Pasta: Telegramas Brasemb Lagos 2000;

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2000e). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Telegrama 00353**. Da SERE para Brasemb Lagos. 14.11.2000. Pasta: Telegramas Brasemb 2000;

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2000f). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00981**. De Brasemb Lagos para SERE. 21.12.2000. Pasta: Despachos Brasemb Lagos 2000.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2001a). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00066**. De Brasemb Lagos para SERE. 29.01.2001. Pasta: Despachos Brasemb Lagos 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2001b). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Telegrama 00156**. De Brasemb Lagos para SERE. 08.03.2001. Pasta: Despachos Brasemb Lagos 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2001c). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00222**. De Brasemb Lagos para SERE. 04.04.2001. Pasta: Despachos Brasemb Lagos 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2001d). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00352**. De Brasemb Lagos para SERE. 26.05.2001. Pasta: Despachos Brasemb Lagos 2001;

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2001e). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00479**. De Brasemb Lagos para SERE. 12.07.2001. Pasta: Despachos Brasemb Lagos 2001.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE (2006). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00219**. De Consbras Lagos para SERE. 30.03.2006. Pasta: Despachos Consbras Lagos 2006.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2008a). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00039**. De Brasemb Abuja para SERE. 05.02.2008. Pasta: Depachos Brasemb Abuja 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2008b). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00164**. De Brasemb Abuja para SERE. 04.04.2008. Pasta: Despachos Brasemb Abuja 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2008c). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00202**. De Brasemb Abuja para SERE. 22.04.2008. Pasta: Despachos Brasemb Abuja 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES – MRE (2008d). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00322**. De Brasemb Abuja para SERE. 27.05.2008. Pasta: Despachos Brasemb Abuja 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2008e). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00426**. De Brasemb Abuja para SERE. 04.08.2008. Pasta: Despachos Brasemb Abuja 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2008f). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00655**. De Brasemb Abuja para SERE. 16.10.2008. Pasta: Despachos Brasemb Abuja 2008;

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2008g). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00809**. De Brasemb Abuja para SERE. 07.12.2008. Pasta: Despachos Brasemb Abuja 2008.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2010). Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. **Despacho 00365**. De Brasemb Abuja para SERE. 19.05.2010. Pasta: Despachos Brasemb Abuja 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES - MRE (2014). **Resumo Executivo de Política Externa (2003-2010)**, publicado em [<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/resumo-executivo>]. Disponibilidade: 05/08/2014.

BRASIL, MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC (2015). **Dados comerciais**. Publicado em [<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=576>] Disponibilidade: 02/08/2015.

FOLHA DE SÃO PAULO (2016). **Investimento da Petrobras é o mais baixo desde 2008**, publicado em [<http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2016/04/1763534-investimento-da-petrobras-e-o-mais-baixo-desde-2008.shtml>]. Disponibilidade: 23/12/2016.

HIRST, Mônica (1990). **O Pragmatismo Impossível: a Política Externa do Segundo Governo Vargas (1951-1954)**. Rio de Janeiro: CPDOC. Publicado em [<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/6594/787.pdf?sequence=1&isAllowed=y>]. Disponibilidade: 11/11/2016.

ITC/TRADEMAP. (2017). **Trade statistics for international business development**, publicado em [http://www.trademap.org/Product_SelCountry_TS.aspx?nvpm=1|566|||TOTAL||2|1|1|2|2|1|1|4|1]. Disponibilidade: 12/06/2017.

LECHINI, Gladys (2006). **Argentina y Africa en el espejo de Brasil: ¿política por impulsos o construcción de una política exterior?**. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO).

MACHADO, Iara Binta Lima (2013). **O Brasil na África: uma análise das relações Brasil-Nigéria entre 1961 e 2012**. Trabalho de Conclusão de Curso de Relações Internacionais, apresentado à Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Orientador: Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini).

MORAIS, José Mauro (2013). **Petróleo em águas profundas: uma história tecnológica da Petrobras na exploração e produção offshore**. Brasília: Ipea.

PEREZ, Ana Cândida (2016). **Relações bilaterais Brasil-Nigéria no Governo Lula**. Brasília, 03/11/2016. Entrevista concedida ao autor.

PETROBRAS (2008). Ouro negro. Publicado em **Revista Petrobras**, ago. 2008.

_____. (2011). Força africana. Publicado em **Revista Petrobras**, fev. 2011.

_____. (2016). **Plano de Negócios e Gestão 2017-2021**, publicado em [<http://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/estrategia/plano-de-negocios-e-gestao/>]. Disponibilidade: 17/11/2016.

PIMENTEL, José Vicente de Sá Pimentel (2000). Relações entre o Brasil e a África subsaariana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, 43 (1): 5-23.

PINHEIRO, L. ; MILANI, C. (Orgs.) (2012). **Política externa brasileira: as práticas da política e a política das práticas**. Rio de Janeiro: FGV.

RIBEIRO, Cláudio O. (2007). **Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)**. Dissertação de Doutorado em Ciência Política, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (Orientador: Profa. Livre Docente Elizabeth Balbachevsky).

SARAIVA, J. F. S. (1996). **O Lugar da África: A Dimensão Atlântica da Política Exterior Brasileira (de 1945 A Nossos Dias)**. Brasília: UnB.

SILVA, André Luiz Reis da (2015). Geometria Variável e Parcerias Estratégicas: a Diplomacia Multidimensional do Governo Lula (2003-2010). **Contexto Internacional**, 37 (1): 143-184.

UNITED STATES (2016). Energy Information Administration (EIA). **Nigeria. Overview**. Publicado em [<https://www.eia.gov/beta/international/analysis.cfm?iso=NGA>]. Disponibilidade: 10/01/2016.

VIGEVANI, T. ; CEPALUNI, G. (2007). A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação. **Contexto Internacional**, 29 (2): 273-335.

VIGEVANI, T.; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo (2003). Política Externa no Período FHC: a busca de autonomia pela integração. **Revista Tempo Social**, 15 (2): 31-61.

VISENTINI, Paulo (2012). As Relações Brasil-África: da indiferença à cooperação. *In*. VISENTINI, Paulo; RIBEIRO, Luiz Dario; PEREIRA, Analúcia. **História da África e dos Africanos**. Petrópolis: Vozes.